



Prova Escrita de Geografia A

10.º e 11.º Anos de Escolaridade

Prova 719/1.ª Fase

16 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2012

VERSÃO 2

Página em branco

Na folha de respostas, indique de forma legível a versão da prova (Versão 1 ou Versão 2). A ausência dessa indicação implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens dos Grupos I, II, III e IV.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta.

Pode utilizar régua e máquina de calcular do tipo não alfanumérico, não programável.

Não é permitido o uso de corretor. Em caso de engano, deve riscar de forma inequívoca aquilo que pretende que não seja classificado.

Escreva de forma legível a numeração dos grupos e dos itens, bem como as respetivas respostas. As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se escrever mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

Para responder aos itens de escolha múltipla, escreva, na folha de respostas:

- o número do item;
- a letra que identifica a única opção escolhida.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

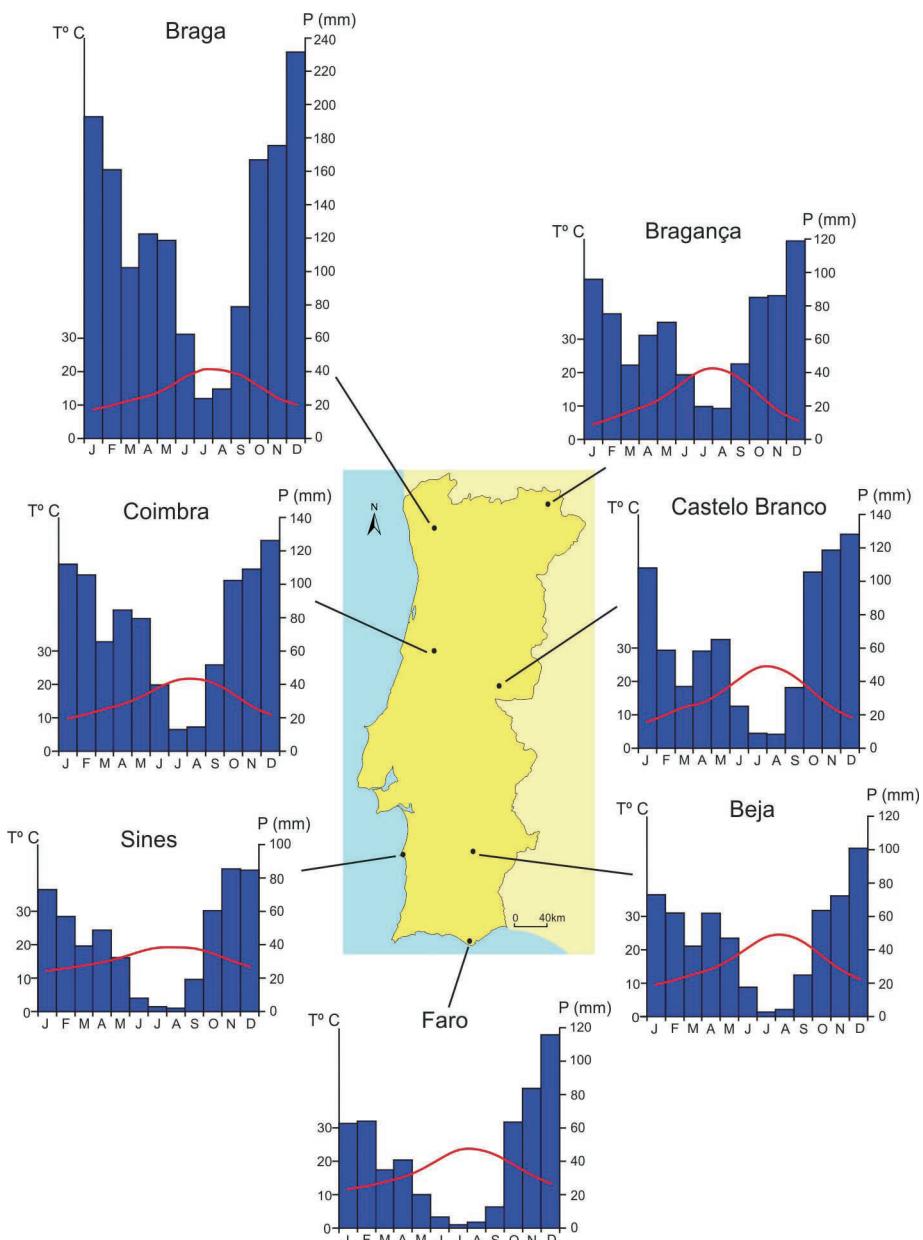
A ortografia dos textos e de outros documentos segue o Acordo Ortográfico de 1990.

Na resposta a cada item dos Grupos I, II, III e IV, selecione a única opção que permite obter uma afirmação correta.

Escreva, na folha de respostas, a letra que identifica a opção escolhida.

GRUPO I

Na Figura 1, estão representados os gráficos termopluviométricos de algumas estações meteorológicas, construídos a partir das normais climatológicas (1971-2000), que mostram as características climáticas de Portugal continental.



Fonte dos dados: www.meteo.pt (consultado em outubro de 2011)

Figura 1 – Gráficos termopluviométricos de algumas estações meteorológicas de Portugal continental.

1. A posição relativamente ao oceano é, de acordo com a Figura 1, o principal fator explicativo da diferença nos valores da temperatura e da precipitação entre as estações meteorológicas
 - (A) de Braga e de Beja.
 - (B) de Coimbra e de Castelo Branco.
 - (C) de Faro e de Coimbra.
 - (D) de Sines e de Bragança.

2. O número de meses secos registado nas estações meteorológicas a norte do rio Douro, representadas na Figura 1, deve-se, entre outras razões, à influência
 - (A) dos ventos quentes continentais, durante o verão.
 - (B) do anticiclone dos Açores, durante grande parte do ano.
 - (C) das perturbações da frente polar, ao longo do ano.
 - (D) da nortada, durante o período de inverno.

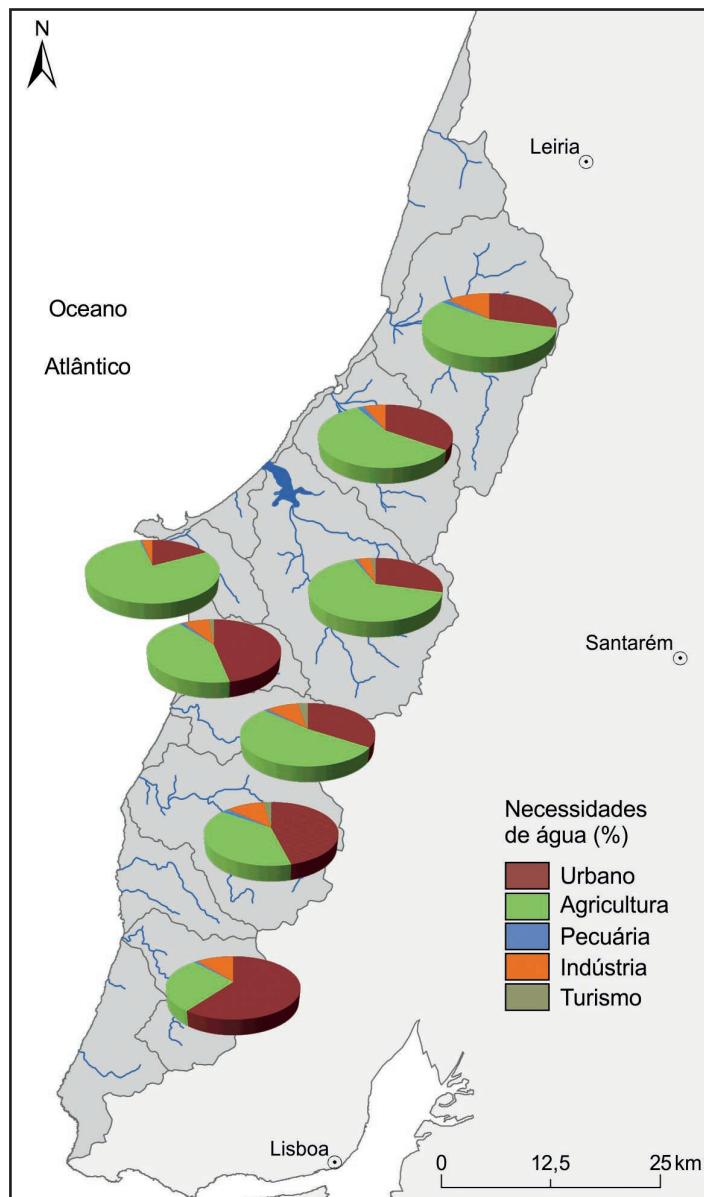
3. O clima de Portugal continental, apesar da grande variabilidade regional, caracteriza-se, em geral, por apresentar
 - (A) verões frescos e húmidos e invernos suaves e chuvosos.
 - (B) verões frescos e húmidos e invernos rigorosos e pouco chuvosos.
 - (C) verões quentes e secos e invernos suaves e chuvosos.
 - (D) verões quentes e secos e invernos rigorosos e pouco chuvosos.

4. Os fatores do clima que explicam a diversidade de comportamento dos elementos climáticos no território de Portugal continental são, entre outros,
 - (A) a humidade relativa e a pressão atmosférica.
 - (B) a nebulosidade e as correntes marítimas.
 - (C) a altitude e o vento.
 - (D) a latitude e o relevo.

5. O armazenamento de água em barragens, além de ajudar a regularizar o caudal dos rios portugueses, garante a
 - (A) disponibilidade de água nos meses secos para consumo doméstico e agrícola.
 - (B) qualidade da água, ao eliminar os fatores responsáveis pela eutrofização.
 - (C) diminuição da erosão dos solos a montante da barragem, em períodos de chuva torrencial.
 - (D) ausência de cheias a montante da barragem, em anos com elevados quantitativos de precipitação.

GRUPO II

O mapa da Figura 2 consta da versão para consulta pública do Plano das Bacias Hidrográficas das ribeiras do Oeste.



Fonte: www.arhtejo.pt (adaptado)
(consultado em dezembro de 2011)

Figura 2 – Necessidades de água nas bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste.

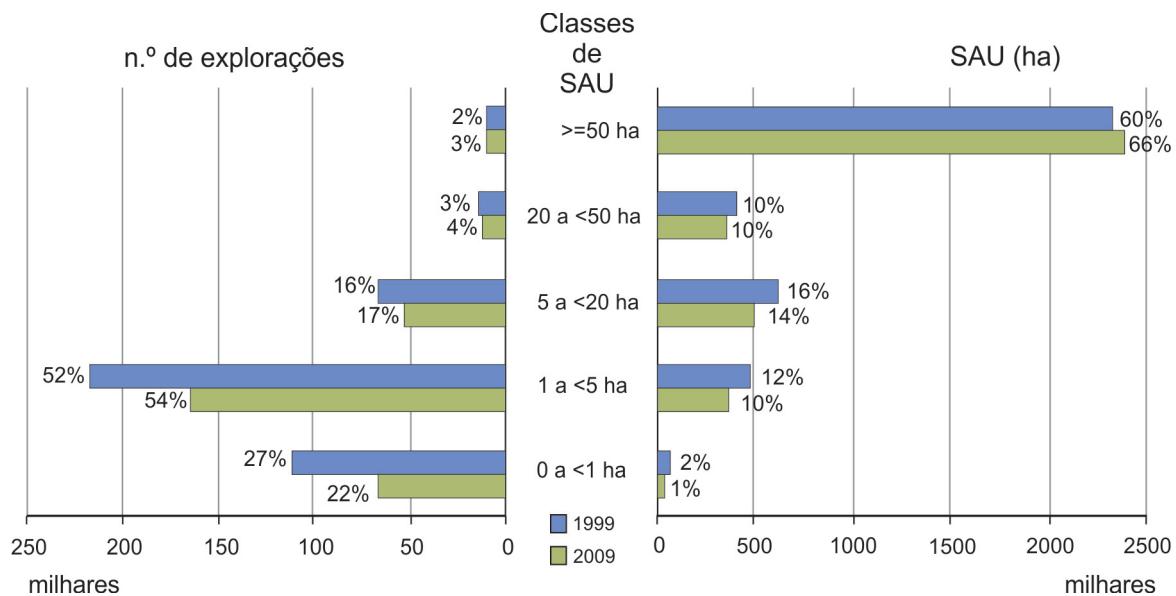
1. A maioria das ribeiras principais da região Oeste, representadas na Figura 2, tem orientações

- (A) norte-sul e sudoeste-nordeste.
- (B) este-oeste e norte-sul.
- (C) sudoeste-nordeste e sudeste-noroeste.
- (D) este-oeste e sudeste-noroeste.

2. As maiores necessidades de água nas bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste a norte de Peniche, segundo os dados da Figura 2, verificam-se em usos
- (A) agrícolas, porque se regista uma elevada produção hortícola e frutícola.
(B) agrícolas, devido ao grande investimento realizado no olival intensivo.
(C) urbanos, dado que há um grande número de cidades de média dimensão.
(D) urbanos, uma vez que predominam processos de urbanização difusa.
3. A agricultura e a criação de gado são atividades económicas que, em regiões como a do Oeste, afetam
- (A) a quantidade de águas subterrâneas, porque a retenção de água para fins agrícolas em mini-hídricas impede a infiltração.
(B) a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, devido à salinização provocada pela invasão das águas do mar.
(C) a quantidade de águas superficiais, uma vez que estas são desviadas para as explorações de agricultura extensiva.
(D) a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, devido à elevada concentração de nitratos, de fosfatos e de substâncias orgânicas.
4. A preservação da qualidade dos recursos hídricos passa, entre outras medidas,
- (A) por construir Estações de Tratamento de Águas (ETA) e por promover transvases nos rios internacionais.
(B) por limitar a área destinada a culturas de sequeiro e por aplicar multas pesadas aos agentes poluidores.
(C) por construir Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e por privilegiar a agricultura biológica.
(D) por limitar o consumo de água no verão e por utilizar produtos químicos de síntese na agricultura.
5. Os Planos de Bacia Hidrográfica são instrumentos de planeamento que têm como principais objetivos
- (A) proteger as águas ao nível das bacias hidrográficas e contribuir para a valorização económica dos recursos hídricos existentes.
(B) impor regras de ocupação, de uso e de transformação do solo nas bacias hidrográficas e contribuir para a satisfação das necessidades de água da população.
(C) requalificar os recursos hídricos e interditar a descarga direta de efluentes nas albufeiras de águas públicas.
(D) avaliar a disponibilidade e o estado das águas superficiais e subterrâneas e definir as normas para a elaboração da Diretiva Quadro da Água.

GRUPO III

A Figura 3 representa a distribuição, em Portugal, do número de explorações agrícolas e da SAU, por classes de SAU, em 1999 e 2009. As percentagens correspondem ao peso de cada classe de SAU no total nacional, em cada ano.



Fonte: www.ine.pt (consultado em dezembro de 2010)

Figura 3 – Distribuição do número de explorações agrícolas e da SAU, por classes de SAU, em 1999 e 2009.

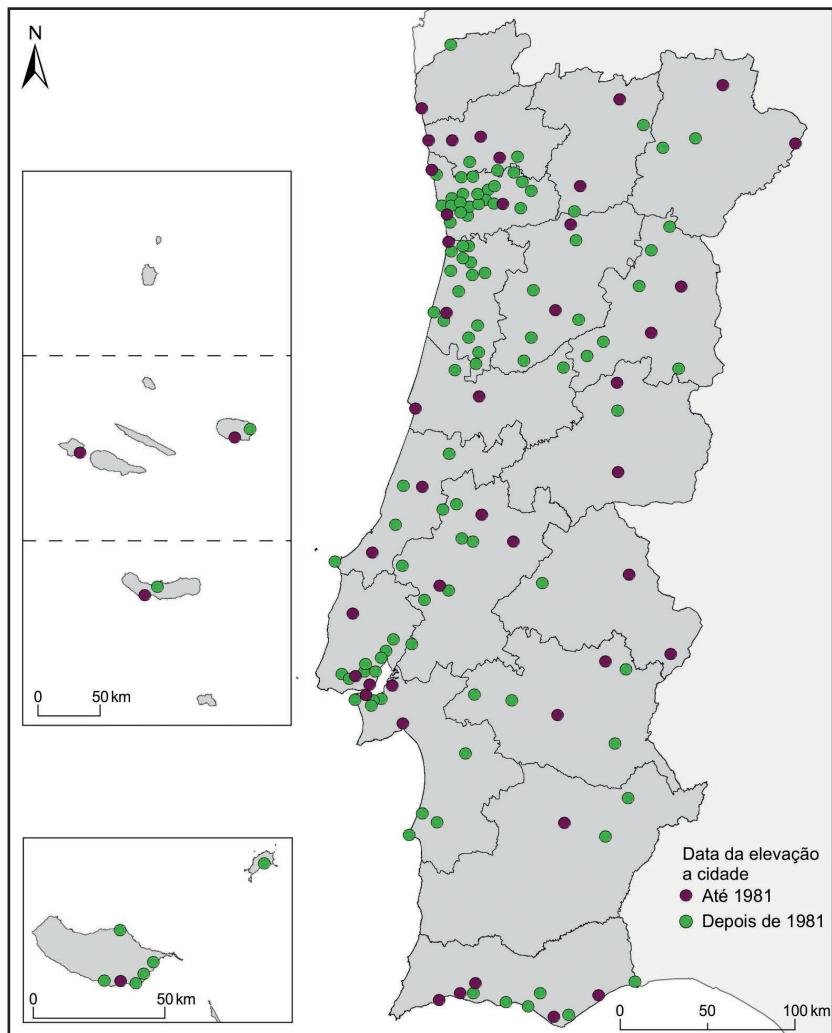
1. A estrutura fundiária portuguesa, de acordo com os dados da Figura 3, caracteriza-se, quer em 1999, quer em 2009, por apresentar
 - (A) menos de 50% de explorações com dimensão entre 1 e 5 ha.
 - (B) mais de 25% de explorações com dimensão entre 0 e 1 ha.
 - (C) mais de 75% de explorações com dimensão inferior a 5 ha.
 - (D) menos de 20% de explorações com dimensão igual ou superior a 5 ha.
2. O aumento, de 1999 a 2009, da dimensão média da SAU das explorações agrícolas com 50 e mais hectares verificou-se, sobretudo, nas regiões agrárias
 - (A) do Ribatejo e Oeste e do Alentejo.
 - (B) de Trás-os-Montes e da Beira Interior.
 - (C) do Ribatejo e Oeste e da Beira Interior.
 - (D) de Trás-os-Montes e do Alentejo.

3. De entre as razões que explicam que Portugal tenha perdido cerca de 111 000 explorações agrícolas, entre 1999 e 2009, pode referir-se
- (A) o apoio ao modo de produção biológico através de fundos comunitários.
(B) a fraca competitividade do sector agrícola português face ao espanhol.
(C) a obrigatoriedade da aplicação de *set-aside* nas explorações de maior dimensão.
(D) o incentivo à utilização da rotação de culturas, com recurso ao pousio.
4. A agricultura portuguesa, além das deficiências estruturais que o gráfico da Figura 3 evidencia, caracteriza-se
- (A) pela reduzida dimensão económica das explorações e pelo elevado número de sociedades agrícolas.
(B) pela elevada qualificação profissional dos produtores agrícolas e pelo custo elevado dos fatores de produção.
(C) pela feminização do sector agrícola e pela elevada percentagem de mão de obra agrícola a tempo completo.
(D) pela predominância de mão de obra familiar e pelo envelhecimento dos produtores agrícolas.
5. A dinamização do sector agrícola português passa, entre outras medidas,
- (A) pela limitação das exportações de produtos agrícolas e pelo aumento da qualificação dos agricultores.
(B) pela utilização de organismos geneticamente modificados e pelo aumento do número de blocos por exploração.
(C) pela redução do custo dos fatores de produção agrícola e pelo incentivo ao associativismo dos produtores.
(D) pela diminuição do preço dos produtos no produtor e pelo aumento do controlo da qualidade dos produtos.

GRUPO IV

O número de cidades em Portugal, que em 1982 ascendia a 47, aumentou significativamente nas três últimas décadas, desde que a Lei n.º 11/82, de 2 de junho, veio estabelecer os parâmetros para a elevação de um aglomerado populacional a cidade. Mas, ao mesmo tempo que se assiste a uma autêntica corrida pela elevação a cidade, há vilas que recusam o título. São poucas, mas parecem irreduzíveis na sua decisão.

Fonte: jornal *Público*, 10 de janeiro de 2010 (adaptado)



Fonte: Salgueiro, T. B., «Problemas em torno de um conceito complexo», in Carlos Medeiros (coord.), *Geografia de Portugal – Sociedade, paisagens e cidades*, Vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005 (adaptado)

Figura 4 – Distribuição das cidades em Portugal, em 2010.

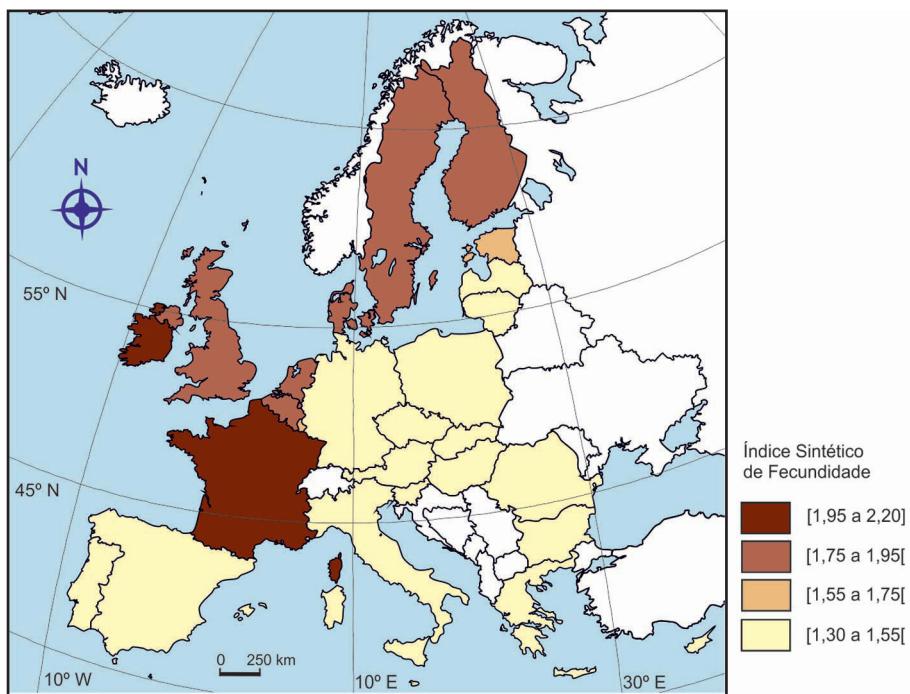
1. Depois de 1981, foram elevadas a cidade localidades na ilha da Madeira e nas ilhas de

- (A) Porto Santo, São Jorge e Santa Maria.
- (B) Graciosa, São Jorge e Porto Santo.
- (C) Porto Santo, Terceira e São Miguel.
- (D) São Miguel, Graciosa e Porto Santo.

2. O maior número de localidades portuguesas elevadas à categoria de cidade a partir de 1981, de acordo com a Figura 4, verificou-se nos distritos
- (A) de Lisboa e do Porto.
(B) de Aveiro e de Faro.
(C) de Aveiro e do Porto.
(D) de Faro e de Lisboa.
3. Em Portugal, de acordo com a Lei n.º 11/82, de 2 de junho, para que uma vila possa ser elevada a cidade é necessário que, cumulativamente, disponha
- (A) de mais de 5000 eleitores em aglomerado populacional contínuo e de equipamentos de saúde de nível hierárquico superior.
(B) de mais de 8000 residentes em aglomerado populacional contínuo e de, pelo menos, um estabelecimento de ensino superior.
(C) de mais de 5000 residentes em aglomerado populacional contínuo e de um património cultural e arquitetónico relevante.
(D) de mais de 8000 eleitores em aglomerado populacional contínuo e de, pelo menos, metade de um conjunto de equipamentos coletivos pré-definido.
4. A afirmação «a rede urbana portuguesa tornou-se mais equilibrada com a elevação de um grande número de vilas à categoria de cidade» é
- (A) falsa, porque o aumento do número de cidades médias conduziu a uma distribuição mais homogénea da população.
(B) falsa, porque grande parte das novas cidades não tem dimensão demográfica e funcional que dinamize uma grande área de influência.
(C) verdadeira, porque a maioria das novas cidades localiza-se na proximidade das duas grandes metrópoles, o que reforçou a posição hierárquica destas.
(D) verdadeira, porque o aumento do número de cidades com funções hierárquicas superiores levou à redução do respetivo raio de influência.
5. As cidades devem assumir-se como centros de dinamização dos espaços rurais envolventes através, por exemplo,
- (A) da fixação de serviços de apoio às atividades rurais e da divulgação de produtos regionais.
(B) da absorção da mão de obra agrícola e da valorização ambiental do espaço rural.
(C) da construção de habitações de arquitetura tradicional e do êxodo da população agrícola.
(D) da desconcentração dos serviços administrativos e da valorização de recursos exógenos.

GRUPO V

Na Europa, o número de nascimentos diminuiu significativamente nas últimas décadas do século XX. A Figura 5 representa o índice sintético de fecundidade, em 2008, nos países da União Europeia.



Fonte dos dados: *Key figures on Europe*, Eurostat, Comissão Europeia, 2010

Figura 5 – Índice sintético de fecundidade, em 2008, nos países da União Europeia.

1. Identifique, a partir da análise da Figura 5, dois dos países da União Europeia que apresentam um índice sintético de fecundidade igual ou superior a 1,55 e cujo território se encontra integralmente a leste do meridiano 10° E.
2. Apresente duas das razões que explicam a quebra do índice sintético de fecundidade associada à entrada das mulheres no mercado de trabalho.
3. Justifique o facto de a informação do mapa da Figura 5 nos permitir afirmar que a generalidade dos países da União Europeia não assegura a renovação das gerações.
4. Explique as preocupações dos governos dos países da União Europeia com o envelhecimento da população, considerando:
 - o impacte socioeconómico deste envelhecimento;
 - as medidas a tomar para inverter essa tendência.

Página em branco

GRUPO VI

O gráfico da Figura 6 mostra a evolução das exportações portuguesas por modo de transporte, no período de 1980 a 2007.

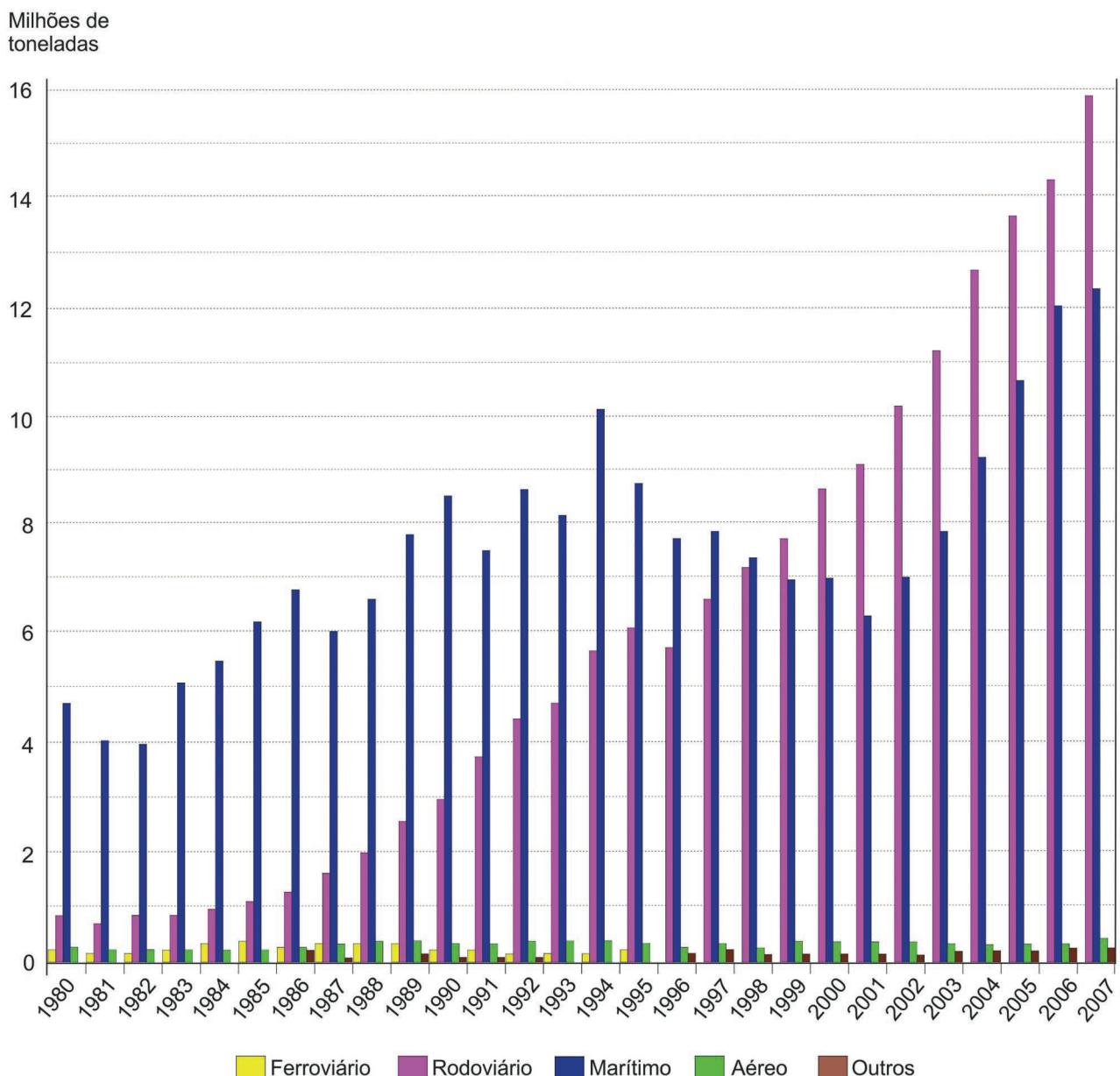


Figura 6 – Exportações portuguesas por modo de transporte, de 1980 a 2007.

1. Refira, a partir dos dados do gráfico da Figura 6, o volume aproximado das exportações portuguesas nos anos de 1980 e de 2007.
2. Justifique a alteração que se verificou na utilização dos dois principais modos de transporte, a partir do final da década de 90 do século XX, evidenciada na Figura 6.
3. Refira duas das razões que explicam a reduzida quantidade de mercadorias exportadas por modo de transporte aéreo.
4. Explique os efeitos que o investimento realizado por Portugal em infraestruturas de transporte nas últimas décadas teve:
 - na coesão territorial do país;
 - na internacionalização da economia portuguesa.

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
	25 pontos

GRUPO II

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
	25 pontos

GRUPO III

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
	25 pontos

GRUPO IV

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
	25 pontos

GRUPO V

1.	10 pontos
2.	10 pontos
3.	10 pontos
4.	20 pontos
	50 pontos

GRUPO VI

1.	10 pontos
2.	10 pontos
3.	10 pontos
4.	20 pontos
	50 pontos

TOTAL 200 pontos